



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS BRASIL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº. 015/2026
PREGÃO ELETRÔNICO
nº. 90005- 005/2026

EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Assis Brasil, Estado do Acre, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 04.045.993/0001-79, com sede na Avenida Raimundo Chaar, nº 362, Centro, CEP 69.935-000, Assis Brasil/AC, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação/Pregoeiro designado, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar nº 123/2006, pela Lei Complementar nº 147/2014, pelo Decreto Municipal nº 267/2024, e pelas demais normas aplicáveis, observadas as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

OBJETO	Aquisição e instalação de fábrica de gelo, composta por câmara fria para estocagem de gelo em barras acoplada com fábrica de gelo, em atendimento à Emenda Especial nº 2914 0011/2025, do Ministério da Pesca e Aquicultura, destinada ao fortalecimento da cadeia produtiva da pesca no Município de Assis Brasil/AC.
A PRESENTE LICITAÇÃO SERÁ REGIDA PELA LEI	Nº 14.133/2021, LC nº 123/2006 e demais legislação pertinente
ÓRGÃO CONTRATANTE:	Prefeitura Municipal de Assis Brasil Secretaria Municipal de Agricultura e Produção
UASG:	980157
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	Menor preço por item
MODO DE DISPUTA	Aberto
VALOR MÁXIMO ESTIMADO	R\$ 198.772,00 (cento e noventa e oito mil setecentos e setenta e dois reais)
INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (DISPUTA ABERTA):	Valor [R\$ 1,00]
INVERSÃO DE FASES:	[] SIM [X] NÃO
PERÍODO DE RETIRADA:	12/06/2026 a 01/07/2026
DATA DA SESSÃO PÚBLICA	01/07/2026
HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA	Às 10:00h horário oficial de Brasília/DF
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA	www.comprasgovernamentais.gov.br/comprasnet
PREGOEIRO	Willian Azevedo Bandeira
ATO DE NOMEAÇÃO:	Portaria Nº 290 de 01/08/2025, mediante ato publicado no Diário Oficial do Estado nº 14.089 de 20/08/2025.
E-MAIL PARA ESCLARECIMENTOS	assisbrasil.cpl@gmail.com
OBSERVAÇÕES:	



Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação/Pregoeiro em contrário.

Devido à diferença de horário entre Brasília e o Acre, o certame poderá ser adiado para o dia seguinte, em função do horário de expediente adotado pela Prefeitura. Contudo, qualquer alteração será sempre informada no chat da sessão.

Havendo divergência entre a descrição do item registrada no catálogo do sistema eletrônico e a descrição constante deste Edital, do Termo de Referência e de seus anexos, prevalecerá a descrição do Termo de Referência.

As referências de tempo constantes deste Edital observarão o horário oficial de Brasília/DF. O licitante é responsável por acompanhar as operações no sistema eletrônico durante toda a sessão pública e por manter seus dados cadastrais atualizados, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas, lances e atos praticados em seu nome.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a aquisição e instalação de fábrica de gelo, composta por câmara fria para estocagem de gelo em barras acoplada com fábrica de gelo, incluindo fornecimento, frete, carga, descarga, instalação, materiais elétricos e hidráulicos, tubulações, conexões, carga de gás, acessórios, testes e entrega em pleno funcionamento no Município de Assis Brasil/AC, conforme especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos.

1.2. A contratação atende à Emenda Especial nº 2914 0011/2025, do Ministério da Pesca e Aquicultura, e às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Produção, visando fortalecer a cadeia produtiva da pesca, melhorar a conservação do pescado e reduzir perdas pós-captura.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado e que atendam às condições de credenciamento, participação, proposta e habilitação previstas neste Edital e no sistema eletrônico utilizado para a realização do certame.

2.2. A licitação será de ampla participação, assegurado às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas o tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, quando preenchidos os requisitos legais.

2.3. Não poderão participar da licitação:

- autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre fornecimento de bens a ele relacionados;



- empresa responsável pela elaboração de projeto básico ou executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando aplicável;
- pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar em decorrência de sanção que lhe tenha sido imposta;
- aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação, fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;
- pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.4. O impedimento previsto no item 2.3 aplica-se também ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade de sanção aplicada, inclusive sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica.

3. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

3.1. Considerando que o valor estimado do item objeto desta licitação é superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), não se aplica a exclusividade de participação para Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP prevista no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

3.2. O presente certame será destinado à ampla participação de interessados do ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições de participação, habilitação e demais exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.

3.3. Serão assegurados às Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente quanto à regularização fiscal e trabalhista tardia e ao critério de desempate previsto nos arts. 42 a 45 da referida Lei Complementar.

3.4. A obtenção dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 fica condicionada à comprovação do enquadramento legal da licitante como ME, EPP ou MEI, bem como à declaração de que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances, julgamento e aceitação da proposta.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- não incorre nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- atende aos requisitos de habilitação, conforme art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, leis trabalhistas, normas infralegais, convenções coletivas e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta;
- não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos;
- não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

4.4. A falsidade de qualquer declaração sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal cabíveis.

4.5. O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante todo o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos correspondentes ao valor unitário, valor total, marca/modelo, quando aplicável, e descrição detalhada do objeto ofertado, com indicação das características técnicas necessárias à verificação de compatibilidade com o Termo de Referência.

5.2. A proposta deverá conter todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, incluindo equipamentos, frete, seguro, embalagem, carga, descarga, instalação, materiais elétricos e hidráulicos, tubulação de cobre, conexões, carga de gás, acessórios, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas incidentes.

5.3. O licitante deverá anexar à proposta, para fins de emissão de parecer técnico, prospectos ou catálogos da fábrica de gelo, do painel elétrico, do painel de controle remoto e das unidades evaporadora e condensadora da câmara fria, bem como declaração de assistência técnica por pessoa jurídica autorizada pelo fabricante, empresa especializada com endereço no Estado do Acre.



5.4. A proposta comercial deverá conter, além das informações relativas ao objeto ofertado, a identificação completa da empresa licitante e do responsável legal que assinará o contrato ou instrumento equivalente, contendo, no mínimo: razão social, CNPJ, endereço completo, telefone, e-mail, nome completo do responsável legal, nacionalidade, estado civil, profissão, número do RG ou documento equivalente, número do CPF, endereço residencial ou profissional, cargo/função que exerce na empresa e indicação expressa de que possui poderes para assinatura do contrato.

5.5. A ausência das informações previstas no subitem anterior poderá ser sanada mediante diligência do Pregoeiro, desde que não implique alteração da proposta, do preço ofertado ou das condições de execução do objeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.6. A validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

5.7. Não será admitida proposta em quantitativo inferior ao estabelecido no Termo de Referência, nem proposta que exclua responsabilidades essenciais à entrega, instalação, testes e pleno funcionamento do equipamento.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da licitação ocorrerá em sessão pública eletrônica, por meio do sistema indicado no preâmbulo, na data e horário estabelecidos neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

6.3. Será desclassificada a proposta que identifique indevidamente o licitante antes da fase própria, que contenha vício insanável ou que esteja em desconformidade com as especificações deste Edital e seus anexos.

6.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da etapa competitiva.

6.5. Iniciada a etapa de lances, os licitantes encaminharão lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados de seu recebimento e do valor registrado.

6.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, observando-se o intervalo mínimo de R\$ 1,00 (um real).

6.7. O modo de disputa será aberto. A etapa de lances terá duração de 10 (dez) minutos e será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública, com prorrogações sucessivas enquanto houver novos lances nesse intervalo.

6.8. Encerrada a etapa de lances, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores, vedada a identificação dos licitantes durante a disputa.

6.9. O Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o licitante mais bem classificado, por meio do sistema, podendo a negociação ser acompanhada pelos demais licitantes.

7. DA FASE DE JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

Secretaria Municipal de Licitações e Contratos – SELIC, situada na Avenida Raimundo Chaar, nº. 362, Centro, Assis Brasil - Acre, CEP nº. 69.935-000 – E-mail: cpl@assisbrasil.ac.gov.br



7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação, especialmente quanto à inexistência de sanção impeditiva, mediante consulta aos cadastros oficiais cabíveis, inclusive SICAF, CEIS, CNEP, Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União e cadastro de impedidos do Tribunal de Contas do Estado do Acre, quando disponíveis.

7.2. O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto, à compatibilidade do preço em relação ao valor máximo estimado e ao atendimento das exigências técnicas constantes deste Edital e do Termo de Referência.

7.3. Será desclassificada a proposta que contiver vícios insanáveis, não obedecer às especificações técnicas, apresentar preço inexequível ou superior ao valor máximo definido pela Administração, não demonstrar sua exequibilidade quando exigido, ou apresentar desconformidade insanável com qualquer exigência do Edital.

7.4. Para bens e serviços em geral, serão considerados indícios de inexequibilidade os valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, observada a necessidade de diligência para comprovação efetiva da inexequibilidade.

7.5. Erros formais no preenchimento da proposta ou de planilhas poderão ser saneados pelo fornecedor no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja alteração do preço final, da substância da proposta ou prejuízo à competitividade.

7.6. Não será exigida apresentação de amostra. A verificação técnica ocorrerá pela análise da proposta, documentos técnicos, prospectos/catálogos e demais documentos exigidos neste Edital e no Termo de Referência.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. O licitante classificado em primeiro lugar encaminhará, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, os documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica exigidos neste Edital.

8.2. A habilitação jurídica será comprovada mediante apresentação, conforme a natureza do licitante, de registro empresarial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado, documentos de eleição ou designação dos administradores e demais documentos equivalentes previstos na legislação aplicável.

8.3. A regularidade fiscal, social e trabalhista será comprovada mediante:

- prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
- inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, quando houver, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- certidão de regularidade perante a Fazenda Federal e Seguridade Social;
- certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- certidão de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;



- certidão negativa de débitos trabalhistas ou positiva com efeito de negativa.

8.4. A qualificação econômico-financeira será comprovada mediante certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou certidão judicial cível negativa expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão de no máximo 30 (trinta) dias anteriores à abertura do certame, salvo se o documento indicar prazo diverso, bem como balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

8.5. A qualificação técnica será comprovada mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, em nome da licitante, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando aptidão para fornecimento e/ou instalação de objeto compatível e pertinente com a aquisição de fábrica de gelo, câmara fria, equipamento de refrigeração industrial ou equipamento equivalente.

8.6. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo, razão social, CNPJ, endereço e contato do emitente, identificação do responsável pela assinatura, descrição do objeto fornecido ou instalado, quantidades, prazos de execução e grau de satisfação, quando disponível.

8.7. A licitante deverá apresentar declaração de assistência técnica emitida por pessoa jurídica autorizada pelo fabricante, especializada e com endereço no Estado do Acre, conforme exigência técnica do Termo de Referência.

8.8. O Pregoeiro poderá realizar diligências para complementar informações acerca dos documentos apresentados, vedada a substituição ou inclusão posterior de documento que deveria constar originalmente da proposta ou da habilitação, salvo hipóteses admitidas pela Lei nº 14.133/2021.

8.9. O não atendimento das exigências de habilitação implicará a inabilitação do licitante, convocando-se o licitante subsequente, observada a ordem de classificação.

9. DA ENTREGA, INSTALAÇÃO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1. A entrega e a instalação do objeto ocorrerão conforme as ordens emitidas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Produção, observadas as necessidades administrativas, o local indicado pela Secretaria demandante e as condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e no contrato.

9.2. O equipamento deverá ser entregue, instalado, testado e colocado em pleno funcionamento no Município de Assis Brasil/AC, em local a ser indicado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Produção, podendo ser na sede ou em local pertencente ao Município, sem ônus adicional de entrega, transporte, descarga ou instalação para a Administração.

9.3. O prazo máximo para entrega, instalação, testes e disponibilização do equipamento em pleno funcionamento será de 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento da ordem de fornecimento ou instrumento equivalente pela contratada.

9.4. A entrega deverá abranger todos os equipamentos, peças, bandejas, acessórios, tubulações, conexões, materiais elétricos e hidráulicos, carga de gás, ajustes, testes, mão de obra e demais componentes necessários ao funcionamento regular da fábrica de gelo e da câmara fria.



9.5. Todos os bens fornecidos deverão ser novos, sem uso, não reconicionados, não remanufaturados, em perfeitas condições de funcionamento, sem avarias, vícios ou defeitos que comprometam sua utilização, segurança, durabilidade ou valor.

9.6. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal do contrato, mediante verificação inicial da entrega, instalação e funcionamento. O recebimento definitivo será realizado pelo gestor do contrato ou comissão designada, mediante termo detalhado que comprove o atendimento integral das exigências contratuais.

9.7. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desconformidade com as especificações, cabendo à contratada promover, às suas expensas, a substituição, correção, reparo ou complementação necessária no prazo fixado pela fiscalização.

9.8. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios ocultos, defeitos, garantia, assistência técnica, segurança, qualidade e perfeito funcionamento do equipamento.

10. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

10.1. A gestão do contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Agricultura e Produção, sendo a fiscalização exercida por servidor formalmente designado pela Administração.

10.2. Caberá ao fiscal do contrato acompanhar a entrega, instalação, testes e funcionamento inicial do objeto, verificando o atendimento às especificações, prazos, quantidades, qualidade e demais condições previstas neste Edital e em seus anexos.

10.3. O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, determinando o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos e comunicando ao gestor as situações que demandarem providências superiores.

10.4. Caberá ao gestor do contrato analisar a documentação que antecede a liquidação e o pagamento, acompanhar a execução a partir dos registros do fiscal, decidir sobre recebimento definitivo, propor medidas corretivas, analisar pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro e adotar providências para eventual processo sancionador.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A contratada deverá cumprir integralmente as obrigações constantes deste Edital, do Termo de Referência, do contrato e da proposta aceita, assumindo todos os riscos e despesas necessários à perfeita execução do objeto.

- fornecer, transportar, descarregar, instalar, testar e entregar o equipamento em pleno funcionamento, conforme especificações técnicas;
- garantir que todos os produtos sejam novos, sem uso, não reconicionados e compatíveis com as normas técnicas aplicáveis, especialmente ABNT, INMETRO e normas de segurança pertinentes;
- apresentar prospectos/catálogos, documentação técnica e declaração de assistência técnica autorizada no Estado do Acre;



- responsabilizar-se por todos os custos de frete, seguro, embalagem, carga, descarga, instalação, material elétrico e hidráulico, tubulação, conexões, carga de gás, acessórios, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais;
- reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, o objeto ou parte dele em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções ou desconformidades;
- prestar assistência técnica e administrativa necessária ao funcionamento do equipamento durante o período de garantia;
- manter durante toda a execução contratual as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- responder por danos causados à Administração ou a terceiros em razão de culpa, dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, prepostos ou representantes;
- comunicar à fiscalização, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência que possa comprometer o cumprimento do objeto;
- não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado sem prévia e expressa autorização da Administração;
- observar a Lei nº 13.709/2018, quando houver tratamento de dados pessoais em razão da execução contratual;
- adotar práticas de sustentabilidade, destinando adequadamente resíduos, embalagens e materiais decorrentes da instalação.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- emitir ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, indicando as condições e o local de entrega e instalação;
- prestar as informações e esclarecimentos necessários à fiel execução contratual;
- acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de servidor designado;
- receber provisória e definitivamente o objeto, quando atendidas as condições contratadas;
- comunicar formalmente à contratada as irregularidades verificadas, fixando prazo para correção;
- efetuar o pagamento devido, na forma e prazos previstos neste Edital e no contrato, após o recebimento definitivo, liquidação da despesa e comprovação da regularidade fiscal e trabalhista exigida;
- aplicar as sanções cabíveis em caso de descumprimento contratual.

13. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

13.1. A contratada deverá assegurar garantia mínima conforme o Código de Defesa do Consumidor e demais normas aplicáveis, sem prejuízo de prazo superior eventualmente ofertado na proposta ou indicado pelo fabricante.



13.2. Durante o período de garantia, a contratada deverá prestar assistência técnica necessária à correção de defeitos de fabricação, instalação ou funcionamento, sem custos adicionais à Administração, ressalvadas hipóteses comprovadas de mau uso por parte da contratante.

13.3. A assistência técnica deverá ser prestada por pessoa jurídica autorizada pelo fabricante, especializada e com endereço no Estado do Acre, conforme exigido nas especificações do objeto.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado por transferência eletrônica para conta bancária de titularidade da contratada, vinculada ao CNPJ participante da licitação, em até 30 (trinta) dias após a liquidação da despesa, contados da apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada e do recebimento definitivo do objeto.

14.2. A Nota Fiscal deverá conter o número do empenho ou da ordem de fornecimento, dados bancários, descrição do objeto e valores correspondentes, acompanhada das certidões de regularidade fiscal, FGTS e trabalhista exigidas.

14.3. Havendo erro na Nota Fiscal, ausência de documentação, pendência de regularidade ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até a adoção das medidas saneadoras pela contratada, reiniciando-se o prazo após a regularização, sem ônus para a Administração.

14.4. Poderão ser descontados dos pagamentos devidos os valores correspondentes a multas, indenizações ou prejuízos causados à Administração, observados o contraditório e a ampla defesa quando cabíveis.

14.5. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela Administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira, com juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados proporcionalmente desde o vencimento até o efetivo pagamento.

15. DO REAJUSTE, REEQUILÍBRIO E ALTERAÇÕES

15.1. Os preços inicialmente contratados serão fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, que teve como referência a pesquisa de preços datada de 03 de abril de 2026.

15.2. Após o interregno mínimo de 1 (um) ano, os preços poderão ser reajustados mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, mediante solicitação da contratada e análise da Administração.

15.3. O contrato poderá ser alterado nas hipóteses e limites previstos no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa formal e instrumento adequado.

15.4. A contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, observados os limites legais.

16. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa o licitante ou contratado que incorrer nas condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, especialmente dar causa à inexecução parcial ou

Secretaria Municipal de Licitações e Contratos – SELIC, situada na Avenida Raimundo Chaar, nº. 362, Centro, Assis Brasil - Acre, CEP nº. 69.935-000 – E-mail: cpl@assisbrasil.ac.gov.br



total do contrato, deixar de entregar documentação exigida, não manter a proposta, não celebrar o contrato quando convocado, ensejar retardamento da execução, apresentar declaração ou documentação falsa, fraudar a licitação ou praticar ato lesivo à Administração.

16.2. Pela prática de infrações, poderão ser aplicadas, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

16.3. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, observadas a natureza e gravidade da infração, as circunstâncias do caso concreto, os danos causados e os critérios legais de dosimetria.

16.4. O atraso injustificado na entrega, instalação, teste ou disponibilização do equipamento em pleno funcionamento sujeitará a contratada à multa de mora de 2% (dois por cento) do valor da parcela em atraso por dia de atraso, limitada a 30% (trinta por cento), sem prejuízo da conversão em multa compensatória, rescisão contratual e aplicação de outras sanções cabíveis.

16.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar instrumento equivalente no prazo estabelecido caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades cabíveis.

16.6. A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação observará o art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão. O prazo para apresentação das razões recursais será de 3 (três) dias úteis, contado da intimação ou lavratura da ata, conforme o caso.

17.3. O prazo para apresentação de contrarrazões será de 3 (três) dias úteis, contado da divulgação da interposição do recurso, assegurada vista dos elementos indispensáveis à defesa dos interesses dos licitantes.

17.4. O recurso será dirigido à autoridade que praticou o ato recorrido, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo legal ou encaminhá-lo à autoridade superior para decisão.

18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

18.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimentos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

18.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial ou no sistema eletrônico no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

18.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser apresentados pela plataforma www.comprasgovernamentais.gov.br/comprasnet ou pelo e-mail assisbrasil.cpl@gmail.com.

Secretaria Municipal de Licitações e Contratos – SELIC, situada na Avenida Raimundo Chaar, nº. 362, Centro, Assis Brasil - Acre, CEP nº. 69.935-000 – E-mail: cpl@assisbrasil.ac.gov.br



18.4. As impugnações e pedidos de esclarecimento não suspendem automaticamente os prazos do certame. A concessão de efeito suspensivo é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos.

19. DA CONTRATAÇÃO, VIGÊNCIA E EXTINÇÃO

19.1. Homologado o resultado, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou aceitar instrumento equivalente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da convocação encaminhada ao e-mail cadastrado ou pelo sistema eletrônico.

19.2. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, suficiente para entrega, instalação, recebimento, pagamento, garantia e demais obrigações correlatas, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/2021 quando comprovada a vantajosidade e atendidos os requisitos legais.

19.3. Constituirão motivos para extinção contratual as hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital, especialmente o descumprimento de cláusulas contratuais, atraso injustificado, entrega em desconformidade, falência, dissolução da sociedade, caso fortuito ou força maior impeditivo da execução e razões de interesse público devidamente justificadas.

20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

20.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

- Órgão: 12.00 - Secretaria Municipal de Agricultura;
- Unidade: 12.120 - Gabinete da Secretaria Municipal de Agricultura;
- Projeto/Atividade: 1.016 - Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos Agrícolas;
- Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente;
- Fonte de Recurso: 0706 - Transferência Especial da União.

20.2. A disponibilização dos recursos financeiros seguirá o cronograma de desembolso da Emenda Especial nº 2914 0011/2025, do Ministério da Pesca e Aquicultura, destinada ao Município de Assis Brasil/AC.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A homologação do resultado da licitação não implicará direito automático à contratação.

21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização da sessão na data marcada, a sessão será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, salvo comunicação em sentido diverso pelo Pregoeiro.

21.3. As normas deste Edital serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse público, a isonomia, o julgamento objetivo, a segurança da contratação e a seleção da proposta mais vantajosa.

21.4. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não sendo a Administração responsável por tais custos, independentemente da condução ou resultado do processo licitatório.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS BRASIL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO nº. 015/2026
PREGÃO ELETRÔNICO
nº. 90005- 005/2026

21.5. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, observando-se somente dias úteis quando expressamente indicado.

21.6. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta ou habilitação, salvo hipóteses legalmente admitidas.

21.7. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante decisão fundamentada.

21.8. Em caso de divergência entre as disposições do Edital e de seus anexos, prevalecerão as disposições do Edital, sem prejuízo da aplicação das especificações técnicas mais completas constantes do Termo de Referência para definição do objeto.

22. DOS ANEXOS

22.1. Integram este Edital, independentemente de transcrição:

- Anexo I - Termo de Referência;
- Anexo II - Minuta do Contrato.

23. DO FORO

23.1. As questões decorrentes deste Edital e da execução contratual que não puderem ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Assis Brasil/AC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Assis Brasil/AC, 12 de junho de 2026.

Willian Azevedo Bandeira
Pregoeiro
DEC. 290/2025/GAPRE



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição e instalação de fábrica de gelo, composta por câmara fria para estocagem de gelo em barras acoplada com fábrica de gelo, por meio da Emenda Especial nº 2914 0011/2025, do Ministério da Pesca e Aquicultura, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Produção do Município de Assis Brasil/AC.

1.2. O objeto será contratado por Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de menor preço por item.

2. DA DESCRIÇÃO DO ITEM E DO VALOR MÁXIMO ESTIMADO

2.1. O valor máximo estimado da contratação é de R\$ 198.772,00 (cento e noventa e oito mil setecentos e setenta e dois reais), obtido com base no Mapa Comparativo de Preços, mediante pesquisa com três fornecedores do ramo compatível e adoção da mediana dos valores obtidos.

ITEM	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	UN	01	R\$ 198.772,00	R\$ 198.772,00
DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO				
Câmara fria para estocagem de gelo em barras acoplada com fábrica de gelo, com especificações mínimas: câmara fria com painéis de isolamento térmico de dupla face, paredes de no mínimo 70 mm, teto e piso, nova, com núcleo isolante térmico em poliestireno expandido, faixa de temperatura de armazenamento e congelamento, entrada em temperatura ambiente de 32 graus, com medidas de 3,00 m x 3,00 m x 2,50 m de altura, capacidade para 22,5 m³ de gelo em barras, porta giratória com antitravamento interno, fluido R22, contendo painéis, válvulas, separador de líquido, 01 unidade condensadora hermética de no mínimo 2,8 HP, 220 V, monofásica, equipada com pressostato de alta e baixa, grades de proteção dos motoventiladores, válvula de serviço no tanque de líquido, filtro secador, válvula de expansão, válvula solenóide, visor de líquido, calço de borracha e 01 unidade evaporadora de ar, estruturada em alumínio liso com tubulação de cobre, aletas de alumínio, serpentina testada a 350 libras e pressurizada com nitrogênio, limpa e seca internamente, com 04 motoventiladores, quadro de comando elétrico, 01 caixa de comando contendo microprocessador digital (termômetro e termostato), para degelo, contadores, chave magnética para proteção dos equipamentos, tubulação/conexão/óleo/gás refrigerante, conjunto de tubulação de cobre, conexões de latão, tubo esponjoso isolante e gás Freon R22 para montagem dos equipamentos, com no mínimo 10 metros de linha e tubulação. Deverá ser acoplada com fábrica de gelo em barras, com capacidade mínima líquida de 500 kg de gelo em barras, devendo pesar no mínimo 10 kg por barra, tamanho das barras de gelo (C x L x A): 81,5 cm x 18 cm x 7 cm, peso mínimo do equipamento de 395 kg, dimensões mínimas de 225 cm de altura x 118 cm de largura x 115 cm de profundidade, tensão/frequência 220 V 3F/60 Hz ou 380 V 3F/60 Hz, com controlador digital e refrigeração por serpentina, devendo estar inclusas 50 bandejas para fabricação de gelo. Deverá ser apresentada e anexada declaração de assistência técnica por pessoa jurídica autorizada pelo fabricante, empresa especializada com endereço no Estado do Acre. Os equipamentos deverão ser entregues, instalados e colocados em pleno funcionamento no Município de Assis Brasil/AC. Deverão ser anexados à proposta, para fins de emissão de parecer técnico, prospecto da fábrica de gelo, painel elétrico, painel de controle				



remoto e unidades evaporadora e condensadora da câmara fria. Deverão estar inclusos na proposta de preços todos os custos com equipamentos, fretes, seguro, embalagem, serviços de carga e descarga, material elétrico e hidráulico, tubulação de cobre, conexões, carga de gás e demais materiais e acessórios necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos e à plena produção.

2.2. O preço estimado inclui todos os custos necessários ao fornecimento, entrega, instalação, materiais, testes e pleno funcionamento do objeto.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. A aquisição e instalação da fábrica de gelo justifica-se pela necessidade de fortalecer a cadeia produtiva da pesca no Município de Assis Brasil/AC, garantindo melhores condições de armazenamento, conservação e comercialização do pescado.

3.2. A pesca artesanal desempenha papel relevante na geração de renda, segurança alimentar e desenvolvimento econômico local. A ausência de unidade de produção de gelo compromete a qualidade do pescado, eleva custos operacionais, reduz o valor de mercado do produto e aumenta as perdas pós-captura.

3.3. Com a instalação do equipamento, espera-se reduzir perdas por deterioração, aumentar a competitividade dos pescadores locais, melhorar a renda das famílias, fortalecer a economia local e contribuir para o abastecimento do mercado com pescado de melhor qualidade.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O equipamento deverá ser novo, sem uso, não reconcondicionado e não remanufaturado, respeitando as normas técnicas e de segurança aplicáveis.

4.2. A contratada deverá entregar, instalar, testar e disponibilizar o equipamento em pleno funcionamento, incluindo todos os materiais, acessórios e serviços necessários à completa execução do objeto.

4.3. A contratada deverá apresentar declaração de assistência técnica por pessoa jurídica autorizada pelo fabricante, especializada e com endereço no Estado do Acre.

5. DA ENTREGA E INSTALAÇÃO

5.1. A entrega e instalação serão realizadas de acordo com as ordens da Secretaria Municipal de Agricultura e Produção, no local por ela indicado, no Município de Assis Brasil/AC.

5.2. O prazo máximo para entrega, instalação, testes e colocação em pleno funcionamento será de 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento da ordem de fornecimento ou instrumento equivalente.

5.3. A contratada será responsável por transporte, frete, seguro, carga, descarga, embalagem, mão de obra, instalação, materiais elétricos e hidráulicos, tubulação, conexões, carga de gás e demais acessórios necessários ao funcionamento integral do equipamento.

6. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal do contrato, com verificação inicial da entrega, instalação e funcionamento do equipamento.



6.2. O recebimento definitivo será realizado pelo gestor do contrato ou comissão designada, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

6.3. O objeto será rejeitado, no todo ou em parte, quando entregue em desconformidade, cabendo à contratada corrigi-lo, substituí-lo ou complementá-lo às suas expensas.

7. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

7.1. A gestão do contrato caberá à Secretaria Municipal de Agricultura e Produção, e a fiscalização será exercida por servidor designado por ato próprio da Administração.

7.2. A fiscalização registrará as ocorrências, verificará prazos, especificações, qualidade, quantidade, instalação e funcionamento, comunicando ao gestor qualquer irregularidade.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- cumprir integralmente as especificações e prazos;
- fornecer o objeto com todos os custos incluídos;
- prestar assistência técnica e garantia;
- substituir ou corrigir itens em desconformidade;
- manter regularidade fiscal, trabalhista e condições de habilitação;
- responder por danos causados à Administração ou a terceiros;
- observar normas de segurança, sustentabilidade e proteção de dados, quando aplicáveis.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- emitir ordem de fornecimento;
- indicar o local de entrega e instalação;
- prestar informações necessárias;
- fiscalizar a execução;
- receber o objeto quando adequado;
- efetuar pagamento após liquidação e recebimento definitivo;
- aplicar sanções cabíveis em caso de descumprimento.

10. DA GARANTIA

10.1. A garantia mínima será aquela prevista no Código de Defesa do Consumidor e normas aplicáveis, sem prejuízo de garantia superior ofertada pelo fabricante ou pela licitante.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a liquidação da Nota Fiscal, desde que o objeto tenha sido recebido definitivamente e a contratada comprove sua regularidade fiscal, trabalhista e demais documentos exigidos.

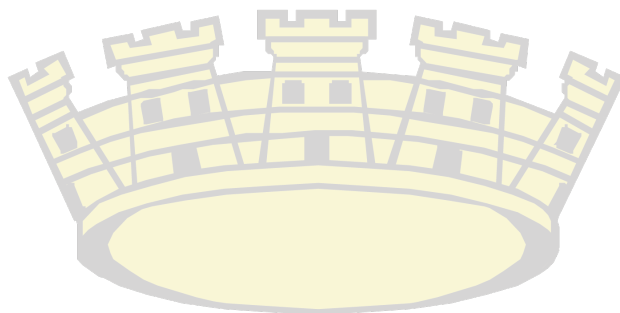
12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas correrão à conta da dotação orçamentária indicada no item 20 do Edital.



13. DAS SANÇÕES

13.1. O descumprimento das obrigações sujeitará a contratada às sanções previstas no Edital, no contrato e na Lei nº 14.133/2021.





ANEXO II - MINUTA DO CONTRATO

O MUNICÍPIO DE ASSIS BRASIL/AC, inscrito no CNPJ nº 04.045.993/0001-79, com sede na Avenida Raimundo Chaar, nº 362, Centro, Assis Brasil/AC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Jerry Correia Marinho, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa vencedora, qualificada nos autos do processo licitatório, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, no Edital do Pregão Eletrônico e em seus anexos, mediante as cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR

1.1. O presente contrato tem por objeto a aquisição e instalação de fábrica de gelo, composta por câmara fria para estocagem de gelo em barras acoplada com fábrica de gelo, conforme especificações do Edital e do Termo de Referência.

1.2. O valor global estimado do contrato é de R\$ 198.772,00 (cento e noventa e oito mil setecentos e setenta e dois reais), observado o valor final adjudicado e homologado no certame.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ENTREGA E INSTALAÇÃO

3.1. A CONTRATADA deverá entregar, instalar, testar e disponibilizar o equipamento em pleno funcionamento no local indicado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Produção, conforme ordens emitidas pela Secretaria demandante.

3.2. O prazo máximo será de 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento da ordem de fornecimento ou instrumento equivalente.

CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO

4.1. A fiscalização será exercida por servidor designado, cabendo o recebimento provisório ao fiscal e o recebimento definitivo ao gestor do contrato ou comissão designada.

4.2. O objeto poderá ser rejeitado quando entregue em desconformidade, devendo a CONTRATADA corrigir, complementar ou substituir o item às suas expensas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a liquidação da Nota Fiscal, mediante recebimento definitivo do objeto e comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e demais documentos exigidos.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações previstas no Edital, Termo de Referência, proposta e contrato, especialmente entregar o objeto novo, instalar, testar, prestar garantia e assistência técnica, manter as condições de habilitação e responder por danos decorrentes da execução.



CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. A CONTRATANTE deverá emitir ordem de fornecimento, indicar local de entrega, acompanhar e fiscalizar a execução, receber o objeto quando adequado e efetuar o pagamento na forma contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

8.1. O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas no Edital, no contrato e na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas correrão à conta da dotação orçamentária indicada no Edital: Órgão 12.00; Unidade 12.120; Projeto/Atividade 1.016; Elemento de Despesa 4.4.90.52.00; Fonte 0706.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO E ALTERAÇÕES

10.1. O contrato poderá ser alterado ou extinto nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Edital, mediante formalização e motivação nos autos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

11.1. A publicação do extrato do contrato será providenciada na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Assis Brasil/AC para dirimir as questões decorrentes deste contrato, com exclusão de qualquer outro.

JERRY CORREIA MARINHO
MUNICÍPIO DE ASSIS BRASIL
CONTRATANTE

EMPRESA VENCEDORA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF: _____
2. _____ CPF: _____